



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

24 de julho 2015



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Moacir Pereira

Data: 24/07/2015

Assunto: Ministro Renato Janine Ribeiro

Página: 24

DIÁRIO CATARINENSE

EDUCAÇÃO

O MINISTRO DA EDUCAÇÃO, RENATO RIBEIRO, MANIFESTOU ENTUSIASMO COM O MOVIMENTO DA FIESC A INDÚSTRIA PELA EDUCAÇÃO, UMA DAS MARCAS DA GESTÃO GLAUCO CÔRTE. O PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO EXPLICOU QUE O PROJETO FOI CRIADO A PARTIR DA CONSTATAÇÃO DE QUE 53% DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS CATARINESES NÃO TINHAM O ENSINO BÁSICO COMPLETO. A META É AMPLIAR O ÍNDICE PARA 63% ATÉ 2017.



Veículo: A Notícia

Editoria: Livre Mercado

Data: 24/07/2015

Assunto: Ministro Renato Janine Ribeiro

Página: 20

A NOTÍCIA



Escolaridade

A Fiesc instalou ontem a 9ª Câmara da Educação no Senai Norte, em Joinville, com a presença do ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, (C) que elogiou a ação e destacou os diversos projetos associados ao trabalho.

– Tem o foco sucessivo em temas como o engajamento dos pais na questão da educação, a gestão escolar e a formação de professores. Não haverá boa educação sem valorização de professores e isso implica tanto a valorização salarial quanto a formação – ressaltou.

O Movimento A Indústria pela Educação, criado em 2012, estabeleceu quatro metas. Uma delas é conseguir que até 2017 seis em cada dez trabalhadores na indústria (63%) tenham ensino básico completa. Hoje, a taxa é de 55% do total.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Folha de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 24/07/2015
Assunto: Financiamento		Página: Online

EM JORNAL CARIÓTIPO DO BRASIL: 8 x 8 - WWW.FOLHA.COM.BR

FOLHA DE S. PAULO

Ricos deveriam financiar ensino, afirma brasileiro reitor nos EUA

Brasileiros ricos deveriam seguir o exemplo de americanos e doar parte de suas fortunas para melhorar a educação do país, diz à BBC Brasil José "Zito" Sartarelli, reitor da Universidade da Carolina do Norte Wilmington (UNCW), nos Estados Unidos.

Tido como o primeiro brasileiro a dirigir uma universidade americana, Sartarelli afirma que muitos brasileiros ricos agem como se fossem "levar à tumba todo o dinheiro".

"Na nossa cultura ibérica, esperamos que a educação seja provida pelo Estado, grátis. Agora, com o Estado em dificuldades, as pessoas de sucesso se voltam para proteger e investir na própria família", critica.

Sartarelli foi escolhido reitor da UNCW em abril, em seleção com 95 candidatos. A instituição figura nos rankings das melhores universidades públicas do sul dos Estados Unidos.

Nascido há 65 anos em Ribeirão Bonito, cidade com 12 mil habitantes no interior de São Paulo, ele migrou para a educação após uma carreira internacional no setor farmacêutico.

Depois de passar pela Eli Lilly e pela Bristol-Myers Squibb, Sartarelli foi presidente da Johnson & Johnson na América Latina, Japão e Ásia-Pacífico entre 2001 e 2010.

Formado em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em São Paulo, em 1973, ele fez MBA e doutorado na Universidade de Michigan State, nos Estados Unidos, quando conheceu sua esposa, Katherine.

Sartarelli voltou ao meio universitário em 2010, desta vez como diretor da Faculdade de Economia e Negócios da Universidade de West Virginia, cargo que deixou neste ano.

Em entrevista à BBC Brasil, Sartarelli defende que universidades se aproximem de empresas e diz que o Brasil abriu mão de investir em centros de excelência, o que terá um alto custo no futuro.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Ele afirma ainda que, para que a universidade que dirige possa competir com as melhores instituições americanas, será essencial atrair bons estudantes.

Leia os principais trechos da entrevista, concedida por telefone na última semana.

*

BBC Brasil - O senhor tinha uma posição de destaque no mundo dos negócios. Por que resolveu se dedicar à educação?

Zito Sartarelli - Eu tinha alguns objetivos claros quando entrei na carreira corporativa: queria ter uma carreira internacional, atuar na área comercial e eventualmente ser o presidente ou gerente-geral de uma empresa. Depois de 30 anos, já tinha feito tudo isso.

Pensei que talvez fosse a época de voltar para área acadêmica e "give back" (devolver). Retornar e compartilhar com estudantes, pessoas jovens, tudo aquilo que aprendi.

Como a gestão de uma empresa se diferencia da gestão de uma universidade?

Embora a liderança moderna nas empresas seja participativa, na área acadêmica é muito mais. Os professores todos têm uma influência muito grande, porque a definição do que nós entregamos para o aluno é feita por eles.

Na área corporativa, você tem bastante poder de fogo para contratar, desenvolver e também demitir pessoas.

O fato de ser brasileiro afeta de alguma forma o seu trânsito em universidades americanas?

Os Estados Unidos são um dos poucos países onde pessoas como eu conseguem chegar aos mais altos níveis através da capacidade, do mérito.

Mas alguns podem ter visto minha contratação como "por que queremos ter um estrangeiro nessa posição?". Por mais perfeito que meu inglês seja, tem sempre um resquiciozinho (de sotaque) que vão reconhecer.

Como compara o ensino superior no Brasil e nos Estados Unidos?

No Brasil não conseguimos ainda fazer conviverem excelência e acesso.

O sistema de sucesso tem de permitir o acesso a todos os alunos competentes. Por outro lado, o país tem também que focar em algumas áreas específicas de excelência, onde vai ser muito difícil entrar, não vai ter proteção por minorias, onde você tem que ser realmente bom.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

A única maneira de avançar a ciência é ter nível de excelência ímpar. Todos os países de desenvolvimento recente, especialmente na Ásia, têm tido uma preocupação muito grande em criar centros de excelência competitivos aos níveis mais altos no mundo. O que nós não temos feito.

Vamos pagar um preço mais alto no futuro, porque vamos continuar sendo copiadore, e não inovadore.

O senhor acha que o avanço de políticas afirmativas nas universidades públicas brasileiras afetou a qualidade?

Não sei. Acho que a não focalização em excelência no Brasil começou há muito tempo, muito antes das políticas afirmativas recentes. Estou falando das décadas de 1970, 1980, 1990.

Já se notava a proliferação de cursos em todo o lado, de baixo nível. Se houvésemos feito isso e mantido grandes centros de primeira linha, de pesquisa, tudo bem. Mas não fizemos.

O senhor dirige uma universidade pública num país onde as universidades mais renomadas são privadas. Como concorrer com instituições que estão entre as melhores do mundo?

Você tem que ter grandes estudantes. Quando eles chegam aqui, eu digo: "Não estou interessado em coletar sua anuidade. Quero que venham aqui para trabalhar duro".

Vai ser muito importante minha habilidade em angariar fundos para bolsas de estudos, porque com elas vou conseguir atrair os melhores. Se você é um estudante de primeira linha nos Estados Unidos, vai fazer faculdades privadas sem pagar nada, com bolsas de estudo.

As grandes universidades públicas têm que fazer a mesma coisa. Se você traz grandes alunos, isso atrai grandes professores, porque eles querem ensinar os melhores. É um círculo virtuoso.

O senhor doou US\$ 100 mil para um programa de bolsas da Universidade de West Virginia. Acha que as doações, que são uma prática comum entre americanos ricos, deveriam desempenhar um papel maior no financiamento do ensino no Brasil?

Sem dúvida alguma. O Bill Gates e outros foram recentemente à China falar sobre doações.

O número de doações que têm vindo do Oriente para grandes instituições americanas é muito grande. São ex-alunos asiáticos que fizeram fortunas nas suas terras de origem. Acho uma prática muito boa, que deveria ser incentivada.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Depois de ter criado grandes empresas de aço, o (Andrew) Carnegie (1835-1919) deu toda a fortuna dele para criar grandes bibliotecas em todo o mundo. O Bill Gates, a mesma coisa.

Por que isso não ocorre no Brasil?

Na nossa cultura ibérica, esperamos que a educação seja provida pelo Estado, grátis. Agora, com o Estado em dificuldades, as pessoas de sucesso se voltam para proteger e investir na própria família.

Temos tido algumas exceções, como o Antônio Ermírio de Moraes (1928-2014), pessoas que sabem que não vão levar à tumba todo esse dinheiro. Mas muitos deixam fortunas para a família, que em uma ou duas gerações desperdiça tudo.

Eu doei porque tinha condições e achei que devia fazê-lo. Sou um produto também de bolsas de estudos. Recebi três ou quatro bolsas que me permitiram fazer o que sou hoje.

Há quem defenda que as universidades se aproximem das empresas e quem pregue que sejam completamente independentes. Com o senhor acha que deve ser a relação delas com o setor privado?

Acho que ela deve existir, deve ser cooperativa. A universidade tem muito a ganhar com o mundo corporativo e vice-versa.

Nos Estados Unidos, as universidades que mais auferem dinheiro em termos de licenças comerciais são grandes universidades de pesquisa, como Yale, Stanford, Harvard. Essas universidades descobriram algumas coisas e hoje recebem royalties que são usados para mais pesquisa, bolsas de estudo.

O que não queremos fazer é transformar a universidade num curso profissionalizante. A universidade forma a pessoa como um todo: queremos que nosso aluno aprecie as artes, tenha um profundo conhecimento de ciências e também seja um profissional.

O senhor considera um dia trabalhar com educação no Brasil?

Essas opções são sempre abertas. Adoro o Brasil e gostaria que estivéssemos muito mais avançados do que estamos.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Folha de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 24/07/2015
Assunto: Fies	Página: Online	

EM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL * * * WWW.FOLHA.COM.BR

FOLHA DE S. PAULO

Conselho aprova aumento de juros para novos contratos do Fies

O Conselho Monetário Nacional aprovou nesta quinta-feira (23) uma das mudanças nas regras do Fies (programa federal de financiamento estudantil) que já haviam sido anunciadas pelo governo.

A taxa de juros dos financiamentos passará de 3,4% ao ano para 6,5% ao ano. A elevação já havia sido anunciada pelo Ministério da Educação, mas precisava passar pelo conselho monetário, formado pelos ministros da Fazenda, do Planejamento e do Banco Central.

A justificativa do conselho para o aumento é de era preciso "realizar um realinhamento da taxa de juros devido ao cenário fiscal e à necessidade de ajuste fiscal".

A decisão diz ainda que essa alteração vai permitir a oferta de novos financiamentos e vai contribuir com a sustentabilidade do programa, possibilitando sua continuidade.

"Essa alteração continuará permitindo a oferta de financiamentos no âmbito do Fies a juros subsidiados, uma vez que a taxa de 6,5% continua menor que a taxa de mercado", diz o conselho.

O governo ainda não abriu as inscrições para o Fies do segundo semestre, que estará dentro dessas novas regras.

O programa de financiamento terá 61,5 mil novas vagas. Somadas à oferta no primeiro semestre, o programa terá, em 2015, um total de 313,9 mil novos contratos –o que corresponde a quase 43% dos financiamentos do ano passado.

NOVAS REGRAS PARA O FIES

No dia 26 de junho, os ministérios da Educação e do Planejamento anunciaram mudanças para as próximas contratações. Para os novos contratos, o limite de renda familiar per capita passará para 2,5 salários mínimos (R\$ 1.970). Atualmente, o Fies aceita o aluno cuja renda familiar bruta mensal vai até 20 salários mínimos (R\$ 15.760).



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

O governo afirma que 90% dos contemplados pelo Fies já têm esse perfil. Por outro lado, houve aumento de juros trimestrais: dos atuais R\$ 50 para até R\$ 250. O governo ainda reduziu o prazo de amortização da dívida e a renda dos candidatos ao Fies.

O ministro Renato Janine (Educação) informou ainda que o Fies de segundo semestre terá um total de 61,5 mil novas vagas. Somadas à oferta no primeiro semestre, o programa terá, em 2015, um total de 313,9 mil novos contratos –o que corresponde a quase 43% dos financiamentos do ano passado.

Além disso, a partir de janeiro de 2016, o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) passa a ser obrigatório todas as pessoas que desejam ter acesso ao Fies (Fundo de Financiamento Estudantil).

Até então, o exame não era obrigatório para dois públicos específicos: professores da rede pública de ensino matriculados em curso de licenciatura ou pedagogia e pessoas que concluíram o ensino médio antes de 2010. Agora, candidatos com esse perfil também deverão apresentar as notas no Enem para obter o crédito estudantil.

A mudança foi feita em portaria do Ministério da Educação publicada nesta terça (26) no "Diário Oficial" da União.

No fim do ano passado, o MEC aumentou o rigor para acesso ao Fies e passou a exigir uma nota mínima no Enem (450 pontos) para o estudante conseguir o financiamento. Neste ano, após dificuldades dos candidatos em renovar e solicitar novos contratos em sistema do programa federal, foram concedidos um total de 252.442 financiamentos.

PROCESSO CONTURBADO

As mudanças no Fies começaram no fim do ano passado, quando o governo reduziu o repasse de verbas para as instituições privadas de 12 para oito parcelas anuais. O Ministério da Educação decidiu, ainda, exigir uma pontuação mínima no Enem: para ter acesso ao crédito estudantil, era preciso obter ao menos 450 pontos no exame, além de nota acima de zero na redação.

Ao mesmo tempo, estudantes passaram a relatar dificuldade para renovar ou solicitar novos contratos no site do programa. Lentidão e mensagens sobre erros no processo foram algumas das falhas apontadas.

O MEC garantiu que todos os 1,9 milhão de contratos já em vigor seriam aditados -o prazo se renovação se encerra na próxima terça-feira. Mas, diante de restrições orçamentárias, a oferta de novos contratos foi reduzida e cerca de 178 mil pessoas ficaram de fora do Fies.

Ao todo, foram realizados 252.442 novos financiamentos no primeiro semestre do ano, com um custo de R\$ 2,5 bilhões. No ano passado, o volume de novos contratos foi de 732 mil e o Fies teve um custo total de R\$ 13,7 bilhões.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 24/07/2015
Assunto: Cartão odontológico		Página: Online



Comissão aprova cartão odontológico para estudantes

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 6849/13, do deputado Dr. Jorge Silva (Pros-ES), que cria o cartão odontológico preventivo a ser distribuído nos postos de saúde e nas escolas do ensino fundamental da rede pública. A principal razão da proposição é melhorar a saúde bucal das crianças.

Além de identificar o aluno, o cartão deverá trazer informações como data de nascimento, endereço residencial e da escola, odontograma, registro de consultas e de participação em palestras e assinaturas dos agentes de saúde.

O projeto também prevê que os sistemas de ensino deverão colaborar com o Ministério da Saúde e com as secretarias de Saúde de estados e municípios no âmbito dos programas suplementares de assistência à saúde dos estudantes.

O parecer do relator na Comissão de Seguridade, deputado Paulo Foletto (PSB-ES), foi aprovado por unanimidade, sem emendas ao texto original.

Para o deputado, o cartão odontológico preventivo pode servir de instrumento de controle, pois permitirá ao poder público, assim como às próprias famílias, verificar os exames clínicos dentários e as ações preventivas realizados nas crianças.

"A atenção à saúde bucal faz parte da saúde da gente. Na criação do cartão odontológico, estamos dando um espaço maior à valorização por parte da família, dos agentes de saúde e até um estímulo de controle para que a criança passe a ter uma rotina de orientação com o cuidado dos seus dentes e da sua gengiva", disse Paulo Foletto.

O coordenador nacional de Saúde Bucal do Ministério da Saúde, Gilberto Pucca, destacou que já existe um programa chamado Brasil Sorridente, lançado em 2004 e que atinge, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), todos os cidadãos em todas as faixas etárias, com prioridade para as crianças na faixa de 6 a 12 anos.

"As equipes de saúde bucal, de estratégia de saúde da família, são responsáveis também por fazerem o atendimento odontológico nas escolas através do programa de Saúde na Escola e dentro das escolas que recebem recursos do Ministério da Saúde e o atendimento odontológico. Essas escolas recebem palestras de orientação de promoção à saúde", disse Gilberto Pucca.

Para o deputado Paulo Foletto, o trabalho do ministério é relevante e o projeto em tramitação na Câmara busca aprimorar e incrementar o alcance dessa política pública, tendo como alvo a participação das escolas no desenvolvimento do programa.

O projeto que cria o cartão odontológico tem caráter conclusivo e será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. O texto foi aprovado pela Comissão de Seguridade na quarta-feira passada (15).



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 24/07/2015
Assunto: Educação indígena		Página: Online



MEC procura representantes para educação indígena

A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) do Ministério da Educação realiza chamada pública para seleção de organizações indígenas para representar os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul na Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena. O prazo para as inscrições vai até 31 de julho.

A chamada pública tem o objetivo de preencher as vagas criadas no Rio Grande do Sul, para titular e suplente, e atualizar os representantes das vagas da região Sudeste que se encontram ociosas, também para titulares e suplentes.

Estão habilitadas a participar da seleção as organizações indígenas que atuam junto aos povos nos territórios que representarão. São considerados todos os povos indígenas que habitam terras localizadas nesses estados, ainda que parcialmente, independentemente da existência de processo de reconhecimento de terra indígena em órgão oficial.

Podem ser indicadas as pessoas que pertençam aos povos representados pelas respectivas entidades e tenham atuação reconhecida, especialmente no que tange à educação escolar indígena. Os representantes, e as organizações indígenas por eles representados, assumirão a responsabilidade de estabelecer diálogo permanente com os diversos povos indígenas localizados em seu respectivo estado ou região.

As organizações poderão participar desse edital de forma consorciada, de modo que a pessoa indicada a participar da Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena (Cneeí) poderá representar mais de uma entidade. Não é exigido cadastro nacional da pessoa jurídica (CNPJ) das organizações indígenas que desejem participar.

A Cneeí é um órgão colegiado de caráter consultivo, criado em 2009 para assessorar o MEC na formulação de políticas para a educação escolar indígena. A comissão reúne representantes governamentais, da sociedade civil e dos povos indígenas.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 24/07/2015
Assunto: Alimentação	Página: Online	



Comissão da Câmara dos Deputados aprova direito a merenda escolar para professores da rede pública

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou na última quarta-feira (15) proposta (PL 457/15) do deputado Dr. Jorge Silva (Pros-ES) que estende o direito à merenda escolar a todos os profissionais de educação da rede pública de ensino básico.

Hoje, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) é voltado exclusivamente para alunos da educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos).

O texto garante alimentação ao profissional em educação em atividade, durante o período letivo, nas creches, pré-escolas e escolas da educação básica públicas, bem como nas escolas filantrópicas e comunitárias conveniadas com entes federados.

Relatora no colegiado, a deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO) defendeu a medida. "É preciso criar meios para que os profissionais da rede escolar possam se alimentar adequadamente durante a jornada estendida de trabalho", afirmou. Ela ressaltou, porém, que o intuito não é destinar aos professores "sobras de alimentação escolar", o que "apequenaria e desrespeitaria a categoria".

Tramitação

A proposta tem caráter conclusivo e ainda será analisada pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 24/07/2015
Assunto: Rede social		Página: Online



Instituto cria rede social com conteúdo educativo e de gestão

Ao adotar a ferramenta mais popular dos últimos tempos, o câmpus de Ceilândia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB) cria rede social própria, fortalece a comunicação entre escola e comunidade e inova nas práticas educacionais. É a IFSocial, rede on-line que funciona basicamente como o conhecido facebook, mas com conteúdos educativos, informativos e também voltados para a gestão escolar.

Ainda em fase experimental, a IFSocial é fruto de projeto de pesquisa dos professores Jocênio Marquios e Laura Misk. "Uma preocupação foi oferecer um ambiente semelhante ao das ferramentas existentes, com o diferencial de que, na nossa rede, teremos controle do conteúdo e poderemos instalar módulos próprios, como fóruns e blogs", afirma Marquios.

Com o apoio de recursos conhecidos dos usuários de redes sociais, como chat e feed de notícias, a IFSocial possibilitará aos professores a postagem de conteúdos específicos de cada disciplina. Ações de formação profissional e pedagógica dos docentes do instituto também estarão disponíveis na rede. "Isso é compartilhar conhecimento: uma atividade específica de capacitação de professores, mas aberta a todos", diz Luciano de Andrade Gomes, diretor de ensino, pesquisa e extensão do campus de Ceilândia.

A IFSocial foi criada para proporcionar comunicação e integração entre gestão, servidores e alunos no câmpus, mas passou a ser um projeto institucional. A rede será incorporada ao domínio do instituto com uma versão acadêmica e outra para a Intranet do IFB. "A educação precisa de novas ferramentas que permitam a estudantes e docentes estar mais perto, com linguagem atual", avalia o reitor do instituto, Wilson Conciani. "Seu uso educacional é um potencial enorme na construção do saber."

A rede social apresentará conteúdo pedagógico, calendário acadêmico, informações técnicas, agenda de atividades, videoconferências, transmissão on-line, programação de eventos e todos os recursos hoje disponíveis na internet com fins educativos. "Temos a convicção de que a ferramenta não vai ficar só no IFB, mas pode crescer para toda a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, gerando um grande repositório de dados", diz o professor Marquios.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 24/07/2015
Assunto: Pais		Página: Online



PNE PREVÊ MAIOR PARTICIPAÇÃO DOS PAIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS

Para ampliar a gestão democrática, a meta 19 do PNE prevê prazo de dois anos para que toda a rede de Educação Básica constitua ou fortaleça grêmios estudantis e associações de pais

Fonte: Portal MEC

Aos poucos, com exemplos bem-sucedidos em todas as regiões do Brasil, fica provado que a participação da família no cotidiano escolar faz a diferença. Além de aumentar a motivação dos filhos para os estudos, o envolvimento de pais e mães com os projetos pedagógicos, a fiscalização de recursos destinados a programas e o acompanhamento da agenda escolar contribuem para a qualidade da educação.

O estreitamento das relações entre as escolas e as famílias teve início no Brasil na década de 1990, e o reconhecimento da importância desse processo está referendado no Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 2014. Para ampliar a gestão democrática nas escolas públicas, a meta 19 do PNE prevê prazo de dois anos para que toda a rede de educação básica constitua ou fortaleça grêmios estudantis e associações de pais. Segundo estimativa da Confederação Nacional das Associações de Pais e Alunos (Confenapa), quase 50% dos municípios brasileiros já estruturaram as associações de pais e alunos (Aspa).

Em Rio Branco, Acre, o professor e advogado Francisco Generozzo busca ampliar a participação das famílias nas escolas municipais desde 2008. Hoje, ele atua com o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) na fiscalização dos recursos enviados pelo governo federal para a compra da merenda das 110 escolas municipais. “É uma forma de contribuir com o coletivo”, explica Generozzo. Como membro do conselho escolar do município, ele integra a comitiva de pais que visita anualmente uma cidade do estado para trocar experiências com gestores educacionais.

A ideia básica desse trabalho de peregrinação é convencer os gestores educacionais a construir uma parceria com a família em torno do processo educativo. Segundo o professor, as escolas precisam estar abertas de forma democrática aos pais para receber sugestões em torno do processo educativo, não apenas para que ouçam reclamações dos alunos.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Conforme Generozzo, a construção dessa parceria é um processo gradativo, de articulação e convencimento, mas que deve começar por ações simples, a exemplo de uma parceria com os comerciantes próximos para a manutenção da escola. “Sempre tem uma torneira quebrada para trocar”, diz ele. “As famílias precisam assumir a escola como extensão de casa. Escola é um lugar para levar e buscar conhecimento. Todos podem contribuir de alguma forma e sugerir mudanças.”

Protagonismo — A participação da família, porém, ainda tem sido muito tímida, tanto no ambiente escolar quanto nos espaços representativos da política educacional nacional, na avaliação do advogado Luís Cláudio Megiorin, presidente da Associação de Pais e Alunos das Instituições de Ensino do Distrito Federal (Aspa-DF). Segundo ele, dos três mil delegados de todo o Brasil que participaram da segunda edição da Conferência Nacional de Educação (Conae), que avaliou e discutiu as metas aprovadas no PNE, apenas 226 eram pais. “E boa parte desses pais era formada por professores”, disse. “Nós, pais, não podemos ser tutelados pelos professores; precisamos assumir a nossa responsabilidade e ter uma postura mais protagonista frente à educação”, afirma.

Pai de um menino de 10 anos e de uma adolescente de 13, Megiorin diz que em casa atua como um juiz em relação às tarefas da escola. Ou seja, estabelece regras, que devem ser cumpridas. “A primeira lição que temos de dar aos filhos deve ser com relação a respeitar os professores, e as reuniões de pais na escola são obrigatórias”, salienta. “Se não tem tempo naquele dia, devem ir depois e se informar. Sempre há espaço para a família estar presente na escola.”

Pesquisas — Presidente da Confenapa e professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Pedro Trindade Barretto comenta que a importância da participação de pais e mães de alunos na escola está constatada em pesquisas científicas. “Estudos demonstram que quanto mais a família interage com a escola, e é por ela incentivada a participar, mais efetiva é a aprendizagem e maiores são a qualidade das habilidades adquiridas e a assimilação dos valores praticados pela comunidade na qual se insere a escola”, afirma.

De forma inversa, diz Barretto, onde falta integração de pais e mães de alunos com a escola, a qualidade do ensino não evolui, os problemas seculares se reproduzem e se ampliam com a onda de violência que invade o espaço interno das escolas. Nesse sentido, Barretto esclarece que, embora a aproximação de pais tenha conquistado espaço no PNE, a nova legislação não obriga as escolas a abrir as portas, nem os pais a se tornarem pró-ativos. Por isso, uma das missões das associações de pais em todo o país tem sido contribuir para a conscientização das famílias acerca da importância de acompanhar a educação dos filhos em casa e na escola.

Rovênia Amorim"



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 24/07/2015
Assunto: Games		Página: Online



"OS GAMES VIRARAM UMA NOVA ALFABETIZAÇÃO"

Em evento no Rio de Janeiro, americano que desenvolveu game para ajudar no ensino de inglês falou sobre como a tecnologia pode ajudar professores na aprendizagem dos alunos

Fonte: O Globo (RJ)

"Nasci há 37 anos na Inglaterra e tenho também nacionalidade americana. Sou formado em Língua Inglesa, com mestrado em linguística. Meu trabalho central é ajudar Professores no uso apropriado de tecnologia Na Educação, a partir de um laboratório da Universidade de Ohio, onde cresci"

Conte algo que não sei.

Os games viraram uma nova Alfabetização. Os estudantes de hoje navegam com facilidade pelos espaços virtuais dos jogos eletrônicos, e os Professores têm que se familiarizar com isso. É uma grande oportunidade para um aprendizado mais direcionado.

Games são apropriados para o Ensino ou servem mais para atrair os jovens?
Um pouco das duas coisas. Os games motivam e dão a chance de tentativa e erro. Aprender é errar. Muitas organizações educacionais e governamentais investem em games. O Trace Effects, que ajudei a desenvolver no Departamento de Estado dos EUA, faz os estudantes interagirem em situações quase reais, como a conversa com um motorista de táxi em Nova York. Se usarem a gramática incorretamente, recebem um alerta. E repetem.

Qual a diferença em relação ao estímulo de um livro?

Filmes, TV, música e livros atraem as pessoas porque elas gostam de histórias. Mas têm uma direção: um autor cria e alguém consome. Os games introduziram a interação. Alguém os cria, mas o consumidor pode mudá-los. Um livro não responde a desafios imediatos do leitor.

Um game proporciona o mesmo nível de aprendizado?



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

É uma pergunta difícil. Há vários estudos sobre distribuição cognitiva. Você memoriza os telefones de seus amigos? Não, o celular faz isso. Livros, claro, ainda têm o seu lugar. Mas não podemos ter um contexto para complementar o que ensinam? Nunca estudei português, mas aprendi palavras como "acarajé", por ter sido apresentado a um em Salvador. Achei tão gostoso que não esqueci mais a palavra. O game pode chegar perto dessa experiência que o livro não dá.

As novas gerações respondem de forma diferente?

Crianças e adolescentes apertam os botões logo e aprendem tentando. Adultos são mais cuidadosos. Antes, perguntam: o que é esse botão? O que eu faço depois? Por isso é muito importante treinar os Professores para ficarem confortáveis com o jogo. É uma nova forma de pedagogia.

Há muita resistência?

Sim. Muitos Professores nos EUA me dizem: não vou passar o dia com os Alunos jogando videogame! Eu digo: deveria. Continue usando livros, vídeos e reserve um dia para games. É só mais um instrumento em seu favor. Os melhores Professores são os que entendem que têm que usar o melhor para suas aulas.

Qual é o risco do uso da tecnologia na Educação?

Usá-la como a internet, sem controle. O livro é ambiente controlado. Na internet, eles podem se perder do conteúdo visitando sites de outros assuntos. Tecnologia é a ferramenta, não o objetivo.

Estuda-se muito inglês no Brasil, mas pouca gente é fluente. O que está errado?

Tem a ver com a exposição dos Alunos à língua. Em países como Japão ou Holanda, que são pequenos e usam o inglês para interagir com vizinhos, os Alunos aprendem mais. O Brasil parece um pouco com os EUA, onde a maioria não fala uma segunda língua porque seu país é grande. Agora que o Brasil virou uma potência, veremos mais gente falando inglês.

Os games podem aprimorar o Ensino de línguas no Brasil?

O Brasil já é o terceiro mercado de games no mundo. É um potencial enorme. Se os Educadores tiverem um entendimento de como os games são feitos, podem levar a mesma filosofia para a sala de aula. Os Professores têm que ter a cabeça dos game designers.

Aprender outro idioma é importante?

Todo mundo deveria aprender uma segunda língua. Faz você entender melhor a própria língua e compreender que há formas diferentes de pensar no mundo. A língua mostra a diferença das culturas.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 24/07/2015
Assunto: Primeira Infância		Página: Online



EDITORIAL: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA

"ECA contém normas que dão garantias a crianças e adolescentes a questões consideradas essenciais à formação dos cidadãos, como acesso à Educação", afirma jornal

Fonte: Correio Braziliense (DF)

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) completou 25 anos. Elaborado para assegurar os direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes, contém normas que dão garantias a questões consideradas essenciais à formação dos cidadãos, como acesso à Educação, saúde, lazer, moradia adequada e convivência familiar e comunitária.

A lei representou um significativo avanço normativo. No entanto, não estabelece explicitamente diretrizes para o atendimento e a garantia dos direitos, especialmente na dimensão da saúde e da cognição na primeira infância — até 6 anos de idade.

Em que pese a necessidade de aprimoramento, o estatuto deve vir para fortalecer direitos, não como retrocesso, a exemplo das propostas de redução da maioridade penal. Essa perspectiva ajuda a dar um novo olhar para a questão da infância, sem condenar a adolescência em razão da incapacidade do Estado de cuidar de seus cidadãos já a partir do nascimento. Na primeira infância, a criança está mais fortemente exposta aos agravos provocados por condições de vulnerabilidade. O Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) aponta para a primeira infância como mais suscetível às vulnerabilidades sociais e econômicas, uma vez que 13% dessa população se encontra abaixo da linha da pobreza, ao passo que a média nacional, em todas as idades, é de 7%.

Os estudos da neurociência mostram que, quando nascemos, centenas de bilhões de neurônios já se encontram disponíveis para os processos cognitivos. Nos primeiros anos de vida, esses neurônios integram conexões conhecidas como sinapses, que são responsáveis pela elevação da capacidade cognitiva por toda a vida. A interação constante e correta com o mundo exterior é base para o pleno desenvolvimento de um



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

cérebro sadio, também dependente da alimentação e das condições gerais de saúde. Investir no estímulo cognitivo na primeira infância deve ser considerado prioridade.

Segundo James Heckman, prêmio Nobel de Economia, cada dólar investido na Educação da primeira infância dará retorno de nove dólares para a sociedade. Sobre o sistema educacional brasileiro, ele assim se manifestou: “Colocar mais crianças na Escola, como tem feito o Brasil, é bom. Melhorar a qualidade do Ensino é ainda melhor. Mas essas duas iniciativas, por mais bem executadas, não chegarão a fazer muita diferença se não for tomado um cuidado extra: investir também nas crianças na primeira infância. Um programa de primeira infância de qualidade para a população carente é uma condição necessária para avançarmos em direção a uma sociedade mais educada, igualitária e, sobretudo, menos violenta”.

Países como a Finlândia, com investimento maciço no sistema educacional, registram baixíssimos índices de violência, o que justifica investir incansavelmente na Educação formal e informal das nossas crianças para que, daqui a 20 anos, tenhamos uma sociedade solidária e sem violência. O Projeto de Lei nº 14/2015, que tramita no Senado Federal, dispõe sobre , abrindo espaços para que a sociedade avance nos cuidados de nossas crianças. No inciso IV do artigo 4º, o projeto propõe “reduzir as desigualdades no acesso aos bens e serviços que atendam aos direitos da criança na primeira infância, priorizando o investimento público na promoção da justiça social, da equidade e da inclusão sem discriminação das crianças”.

Será importante cuidar dos futuros brasileirinhos a partir da gestação, preparando a mãe e a família para receber a criatura que será protagonista do futuro do país, para que possam executar os protocolos contemporâneos nos cuidados da saúde e no desenvolvimento cognitivo. Será importante dar qualidade à Educação infantil, preparando a criança para uma Educação moderna no Ensino fundamental e médio.

A formação para a cidadania, com a promoção de valores e virtudes das futuras gerações, contribuirá para que todos os brasileiros sejam felizes. Nesse contexto, é pertinente lembrar o pensamento de Ernest Hemingway: “De todos os presentes da natureza para a raça humana, o que é mais doce para o homem do que as crianças?”.